

Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120 **②** (62) 3238-2000 | ⊕ www.oabgo.org.br | **№** oabnet@oabgo.org.br

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA ÓRGÃO ESPECIAL

Processo nº: 202444666 Assunto: Consulta

Consulente: Igo José Vieira Martins – OAB/GO 65.347

Relator: Humberto Marinho Abreu Oliveira

NUMERAÇÃO DAS FOLHAS DOS AUTOS: A fim de facilitar a leitura da presente decisão, as folhas aqui mencionadas referem-se ao arquivo eletrônico obtido pelo descarregamento (download) integral dos presentes autos, via http://gproc.oabgo.org.br, por meio da opção ''Baixar Documentos – Todos'' em PDF.

1. RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada por Igo José Vieira Martins, inscrito na OAB/GO sob o nº.: 65.347, na qual o Consulente questiona a possibilidade de ferir o art. 1°, §3° do Estatuto da OAB, através da apresentação de serviços de assessoria jurídica conjuntamente com serviços contábeis a clientes que desejam constituir empresas, holdings (familiar, empresarial ou patrimonial) dentre outros serviços que requeiram a assistência tanto jurídica quanto contábil.

Que, em tese: "(...) o serviço seria prestado por pessoas diversas, ou seja, não concentrando na mesma pessoa os serviços jurídicos e contábeis. Todavia, nos contratos e apresentações das eventuais propostas de serviços, que seriam apresentadas aos potenciais clientes, haveria a assinatura de ambos os profissionais das respectivas áreas." [sic]

É o relatório, passo ao juízo de admissibilidade.

2. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

De acordo com o Código de Ética, o Tribunal de Ética tem competência ou para julgar processo ético ou para responder consultas formuladas em tese, senão veja-se:

Art. 71. Compete aos Tribunais de Ética e Disciplina:

I – Julgar, em primeiro grau, os processos ético-disciplinares; II – Responder a consultas formuladas, em tese, sobre matéria ético-disciplina.





Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120 (62) 3238-2000 | ∰ www.oabgo.org.br | ⊠oabnet@oabgo.org.br

Primeiramente, entendo tratar-se de questão ética, de grande interesse para a classe dos advogados. Ademais, não envolve matéria sub judice ou conduta de terceiros.

Sem mais delongas, em que pese tratar-se de uma linha tênue entre o caso hipotético e concreto, conheço da consulta, cabendo a esse Egrégio Tribunal de Ética Deontológico analisar o caso pressuposto, a ser respondida em tese.

3. PARECER E VOTO

É sabido que o parágrafo 3°, do artigo 1° do Estatuto da OAB (Lei nº.: 8.906/94) é claro e taxativo ao estabelecer a impossibilidade de divulgação da atividade de advocacia em conjunto com outra atividade, senão veja-

Art. 1° [...]

§ 3º É vedada a divulgação de advocacia em conjunto com outra atividade.

[...]

No mesmo sentido, o artigo 28, do Código de Ética e Disciplina da OAB, pondera de forma expressa, a vedação da divulgação em conjunto dos serviços profissionais advocatícios com outra atividade, como pode ser depreendido de forma literal:

[...]

Art. 28. O advogado pode anunciar os seus serviços profissionais, individual ou coletivamente, com discrição e moderação, para finalidade exclusivamente informativa, vedada a divulgação em conjunto com outra atividade.

[...]

Para completar, o caput do artigo 8°, do Provimento 205/2021, que dispõe sobre a publicidade e a informação da advocacia, também veda de forma expressa a vinculação dos serviços advocatícios com outras atividades ou mesmo a divulgação conjunta de tais atividades, como se vê: OAB - SEÇÃO DE GOIÁS (SEDE ADMINISTRATIVA)



Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120 (62) 3238-2000 | ∰ www.oabgo.org.br | ⊠oabnet@oabgo.org.br

[...]

Art. 8º Não é permitido vincular os serviços advocatícios com outras atividades ou divulgação conjunta de tais atividades, salvo a de magistério, ainda que complementares ou afins.

[...]

Assim, a apresentação de serviços de assessoria jurídica conjuntamente com serviços contábeis a clientes que desejam constituir empresas, holdings (familiar, empresarial ou patrimonial) dentre outros serviços que requeiram a assistência tanto jurídica quanto contábil, bem como a formalização de contratos contentando a assinatura de ambos os profissionais, é totalmente vedado, além de ferir não só o art. 1°, §3° do Estatuto da OAB, como também, o artigo 28, do Código de Ética e Disciplina da OAB, bem como o *caput* do artigo 8°, do Provimento 205/2021.

4. DISPOSITIVO

Face ao exposto, conheço da consulta inicial para respondêla no sentido de que, em tese, a apresentação de serviços de assessoria jurídica conjuntamente com serviços contábeis a clientes que desejam constituir empresas, holdings (familiar, empresarial ou patrimonial) dentre outros serviços que requeiram a assistência tanto jurídica quanto contábil, bem como a formalização de contratos contentando a assinatura de ambos profissionais, <u>é totalmente vedado</u>, além de <u>ferir</u> não só o art. 1°, §3° do Estatuto da OAB, como também o artigo 28, do Código de Ética e Disciplina da OAB, bem como o caput do artigo 8°, do Provimento 205/2021.

É o PARECER, que submeto aos meus pares deste Órgão

Especial.

Goiânia, 14 de novembro de 2024.

(Assinado Eletronicamente)

HUMBERTO MARINHO ABREU OLIVEIRA

Juiz Relator





Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120 (62) 3238-2000 | ∰ www.oabgo.org.br | ⊠oabnet@oabgo.org.br

Processo nº: 202444666 Assunto: Consulta

Consulente: Igo José Vieira Martins – OAB/GO 65.347

Relator: Humberto Marinho Abreu Oliveira

EMENTA: CONSULTA RELATIVA POSSIBILDIADE DE **APRESENTAÇÃO** DE **SERVICOS** DE ASSESSORIA **JURÍDICA CONJUNTAMENTE SERVICOS** COM CONTÁBEIS A CLIENTES. FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS CONTENDO A ASSINATURA **AMBOS** OS PROFISSIONAIS. DE **IMPOSSIBILDIADE POR EXPRESSA VEDAÇÃO LEGAL.** A apresentação de serviços de assessoria jurídica conjuntamente com serviços contábeis a clientes que desejam constituir empresas, holdings (familiar, empresarial ou patrimonial) dentre outros serviços que requeiram a assistência tanto jurídica quanto contábil, bem como a formalização de contratos contentando a assinatura de ambos os profissionais, é totalmente vedado, além de ferir não só o art. 1°, §3° do Estatuto da OAB, como também o artigo 28, do Código de Ética e Disciplina da OAB, bem como o caput do artigo 8º, do Provimento 205/2021.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos, acordam os integrantes do Órgão Especial do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/GO, em conhecer da consulta para respondê-la nos termos seguintes: É vedada a apresentação de serviços de assessoria jurídica conjuntamente com serviços contábeis a clientes que desejam constituir empresas, holdings (familiar, empresarial ou patrimonial) dentre outros serviços que requeiram a assistência tanto jurídica quanto contábil, bem como a formalização de contratos contentando a assinatura de ambos os profissionais, por ferir não só o art. 1°, §3° do Estatuto da OAB, como também o artigo 28, do Código de Ética e Disciplina da OAB, bem como o caput do artigo 8°, do Provimento 205/2021. Consulta respondida.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás

R. 1121, 200 - St. Marista, Goiânia - GO, 74175-120 (62) 3238-2000 | www.oabgo.org.br | oabnet@oabgo.org.br

Goiânia, 14 de novembro de 2024.

(Assinado Eletronicamente) **HUMBERTO MARINHO ABREU OLIVEIRA**Juiz Relator

